

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.465 - AM (2018/0341018-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CONSTRUTORA, IMOBILIARIO MANAUS LTDA - ME
ADVOGADO : MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - AM003182
AGRAVADO : RAFAEL BARBOSA DE ANDRADE
AGRAVADO : JOSE AUIRIO OLINTO JUNIOR
AGRAVADO : PAULO ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO E OUTRO(S) - AM006552
AGRAVADO : S R SOCIEDADE DE PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO : LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO E OUTRO(S) - AM00A760

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por CONSTRUTORA, IMOBILIÁRIO MANAUS LTDA - ME contra decisão que negou seguimento ao recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Amazonas, assim ementado (e-STJ, fl. 386):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INADIMPLEMENTO. RESOLUÇÃO CONTRATUAL. RETORNO AO STATUS QUO ANTE. NULIDADE DE COMPRA E VENDA EFETUADA COM TERCEIROS E IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em se tratando de ação em que se pugna pela resolução contratual ante a inadimplência da outra parte, devem as partes retornar ao estado anterior, e resolver-se a questão em perdas e danos.
2. No caso concreto, desfeito o negócio, devem os direitos sobre o imóvel retornar ao Apelado inadimplente, bem como o valor pago e os cheques dados em consignação serem devolvidos à Apelante.
3. Não havendo ilegalidades, deve permanecer válida a revenda do imóvel aos terceiros de boa-fé, que não podem ser prejudicados pela relação contratual entabulada pela Apelante e pelo Apelado.
4. Por força do princípio da causalidade, aquele que motivou a demanda deve arcar com o pagamento dos honorários advocatícios do vencedor, não havendo, ia caso, que se falar em modificação do entendimento de piso.
5. Apelação conhecida e desprovida, em consonância com o Parquet.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 446-452).

Nas razões do especial (e-STJ, fls. 458-470), sustentou a parte recorrente, em síntese, que houve omissão do acórdão quanto à tese de anulação do contrato de compra e venda, bem como dos demais documentos carreados aos autos. Ao final, irressignou-se contra a condenação em honorários advocatícios.

Oferecidas as contrarrazões às fls. 490-493 e 494-497(e-STJ)

Em sede de juízo provisório de admissibilidade, o Tribunal local negou

seguimento ao recurso especial, o que ensejou o manejo do presente agravo, buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 520-523 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso não deve ser conhecido.

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar especificamente os fundamentos suficientes para manter o *decisum* hostilizado, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido merece ser modificado, ou seja, não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge, deve especificamente infirmar a fundamentação utilizada.

No caso, ao recurso especial não foi admitido nos seguintes termos *"No caso dos autos, resta evidente que a parte recorrente pretendeu reexaminar matéria fático-probatória, em violação ao enunciado em comento, quedando imprestável para o fim almejado. Tanto é que sequer apontou dispositivos de leis federais que foram violados ou tiveram sua vigência negada, resumindo-se a apontar os documentos juntados aos autos e discorrer sobre cada um deles"* (e-STJ, fl. 225).

A parte agravante, contudo, limitou-se a asseverar que deixou de impugnar o aludido fundamento, limitando-se a asseverar a inaplicabilidade da Súmula 7/STJ ao presente caso, ao afirmar que *"NÃO SE TRATA IN CASU de reexame de prova ou dos fatos, MAS de necessária aplicação no que tange a interpretação divergente de outros julgados, conforme se depreende dos arestos expendidos"* (e-STJ, fls. 227-241).

Deixou a parte agravante, portanto, de impugnar a ausência de indicação de dispositivo de lei federal supostamente violado pelo acórdão recorrido.

Tal conduta contraria a previsão dos arts. 932, III, do CPC/15 e 253, parágrafo único, I, do RISTJ:

Art. 932. Incumbe ao relator:

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

(...)

Art. 253. O agravo interposto de decisão que não admitiu o recurso especial obedecerá, no Tribunal de origem, às normas da legislação processual vigente.

Parágrafo único. Distribuído o agravo e ouvido, se necessário, o Ministério

Público no prazo de cinco dias, o relator poderá:

I - não conhecer do agravo inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida;

Logo, uma vez que o objeto do agravo é diverso do pretendido do recurso especial, a falta de ataque específico a fundamentos da decisão agravada encontra óbice no art. 932, III, do NCPC (art. 544, § 4º, I, CPC/73), não sendo suficiente para o seu conhecimento a simples reiteração dos fundamentos trazidos no especial.

Assim, inafastável a manutenção da incidência da Súmula 182 do STJ: *"É*

inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Nesse sentido, os recentes julgados da Corte Especial deste Tribunal: EAREsp n.701404/SC, EAREsp n. 746775/PR e EAREsp n. 831326/SP.

A propósito:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932. 2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art.

1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

2. Do exposto, com fundamento no art. 932 do Novo Código de Processo Civil c/c Súmula 182/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

